

a construção de estruturas comerciais e industriais. A nível social, os problemas suscitados pelas crises de trabalho necessitavam também ser resolvidos.

“(…) louva o arrojo da concepção das obras e, quanto a este aspecto, aprova o Plano na convicção de que serão tomadas em consideração as observações que produziu no exame de especialidade.”

“(…) aprova o Plano sob reserva de que sejam revistos os estudos económicos dele constantes, de harmonia com as observações que deixou expresso no decurso do Parecer e com a orientação que este respeito preconizou.”¹⁹

Posto isto, a aprovação do Plano pela Câmara Corporativa, com algumas observações quanto à sua rentabilidade, levou o Ministério da Economia, Prof. Engenheiro José do Nascimento Ferreira Dias a encarregar um grupo de dez técnicos a rever o trabalho desenvolvido.

Estes detectaram problemas que a Câmara Corporativa não tinha identificado, revelando desequilíbrios na repartição da propriedade e da exploração e que, por sua vez, conduziriam a uma cultura estagnada e insuficiente.

Por outro lado, consideravam que as principais dúvidas levantadas quanto à selecção das culturas e rotações, aos salários admitidos, à economicidade de produção e às perspectivas do escoamento para os mercados externos, não tinham fundamento, mas que o essencial era criar as condições técnicas e estruturais necessárias à constituição de empresas agrícolas, para que a iniciativa privada pudesse tomar decisões que simultaneamente se integrassem no interesse particular, regional e nacional.

“É portanto nossa convicção que o problema central dos regadios não se encontra nas dúvidas ou incertezas quanto à escolha das culturas ou das rotações, mas sim na ausência de comunidades rurais bem estruturadas que dêem plena utilização aos recursos de que dispomos, recursos que sem a intervenção de valores humanos permanecem inaproveitados.”²⁰

Posteriormente, enquanto decorriam as primeiras fases de execução do Plano de Rega do Alentejo, surgiram três novos estudos relativos ao aproveitamento do rio Guadiana nos quais tinham em comum a necessidade de uma grande albufeira para regularização dos caudais e reserva de água necessária à rega. As condições de estabelecimento desse grande lago eram fundamentais na economia, sendo assim esse o aspecto nos quais os estudos passaram a incidir.

Na primeira solução (Atalaia) a área da albufeira seria de cerca de 18 400 hectares e iria submergir totalmente a povoação de Quintos, que possui 250 fogos e 1 000 habitantes, parte da população Marmelar, de 130 fogos e 500 habitantes, e ainda uma parte do couto mineiro de Orada. A produtividade média do aproveitamento seria de 485 GWh/ano e a energia necessária à bombagem para a rega seria de 225 GWh/ano.

Na segunda solução (Brinches) a área a inundar seria de 28 230 hectares e o custo das expropriações seria bastante elevado, devido ao facto de serem afectados terrenos de culturas de elevado valor, construções rurais valiosas e montes característicos da zona. Além disso, seriam submersas as povoações de Pedrógão (780 fogos e 2 800 habitantes), Selmes (530 fogos e 2 000 habitantes), Marmelar (130 fogos e 550 habitantes) e Minas de Orada. Esta solução implicava também a

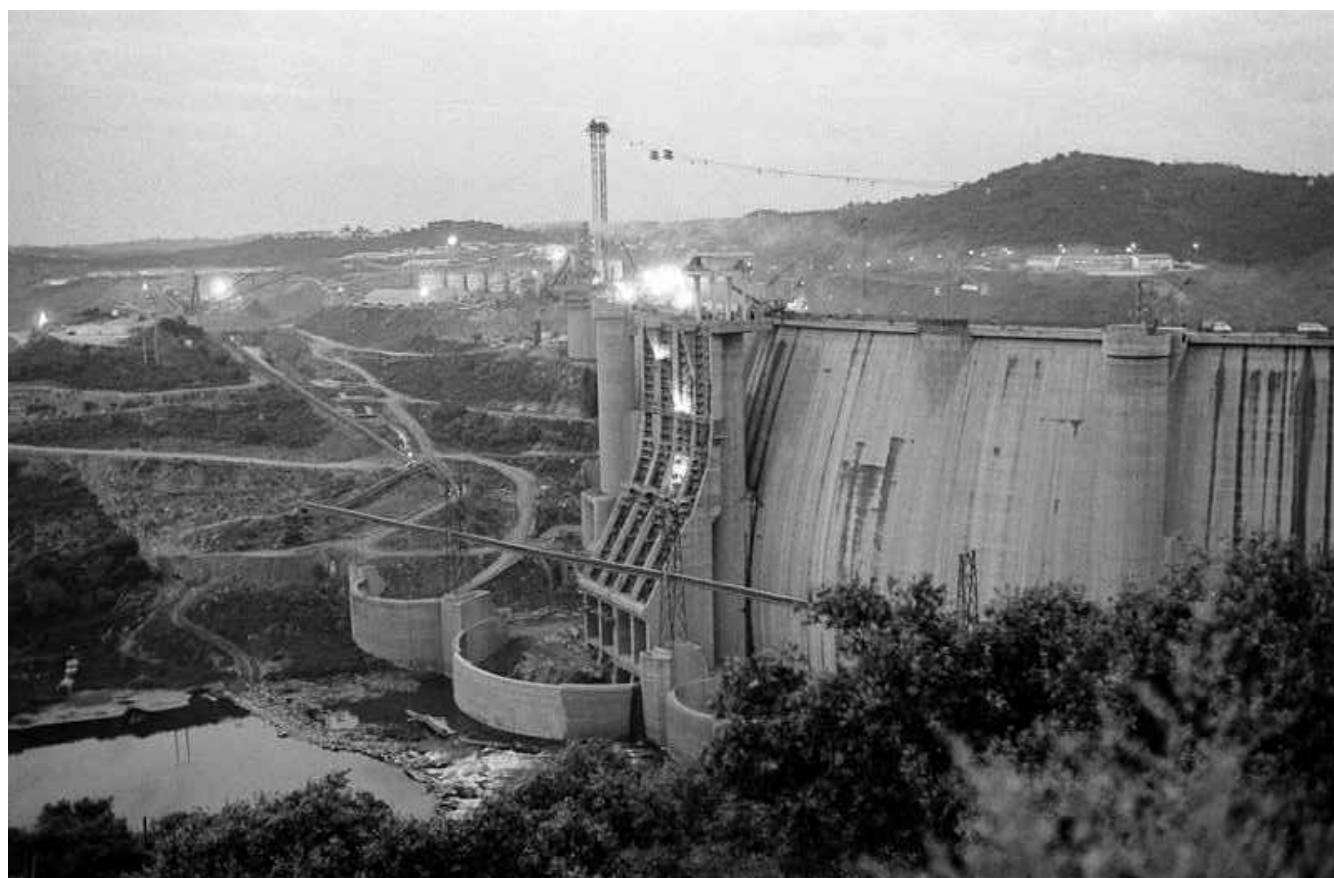


Fig.41 Construção da barragem de Alqueva

¹⁹ SANCHES, Rui, PEDRO, José Oliveira - Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva Beja . EDIA . 2006 . pág. 66 e 67

²⁰ SANCHES, Rui, PEDRO, José Oliveira - Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva Beja . EDIA . 2006 . pág. 70